

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 538.778 - MT (2019/0304826-1)**

**RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI**  
**IMPETRANTE : ULISSES RABANEDA DOS SANTOS E OUTRO**  
**ADVOGADOS : RENAN FERNANDO SERRA ROCHA SANTOS - MT019701**  
**ULISSES RABANEDA DOS SANTOS - MT0089480**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**PACIENTE : MOISES PRADO DOS SANTOS (PRESO)**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO**

## DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de MOISES PRADO DOS SANTOS, apontando como autoridade coatora Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, no julgamento do HC n. 1014755-68.2019.8.11.0000.

Noticiam os autos que o paciente foi pronunciado como incurso no artigo 121, § 2º, incisos IV e V, do Código Penal, tendo sido designado o dia 10.10.2019 para a sessão para julgamento pelo Tribunal do Júri.

Buscando a expedição de salvo-conduto em favor do acusado, a defesa impetrou prévio *writ* na origem, cujo pedido liminar foi indeferido.

Sustentam os impetrantes que o Juiz Presidente do Tribunal do Júri da comarca de Alta Floresta possui o entendimento de que os réus condenados pelo Conselho de Sentença devem iniciar o cumprimento da pena privativa de liberdade imediatamente, mesmo quando responderam ao processo em liberdade.

Aduzem que se estaria diante de flagrante ilegalidade, passível de afastar o óbice contido no enunciado 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal, uma vez que não seria possível o cumprimento antecipado da pena antes do esgotamento dos recursos ordinários.

Requerem, liminarmente e no mérito, a expedição de salvo-conduto em favor do paciente para determinar que o magistrado singular se abstenha de determinar o imediato cumprimento da sanção caso seja condenado.

É o relatório.

A jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça firmou-se "*no sentido de não caber habeas corpus contra decisão que indefere liminar na origem, na esteira da Súmula n. 691 do Supremo Tribunal Federal, aplicável por analogia, salvo no caso de flagrante ilegalidade ou teratologia da decisão impugnada*" (AgRg no HC 515.197/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 25/06/2019, DJe 05/08/2019).

E, da análise da documentação acostada, verifica-se que não está caracterizada flagrante ilegalidade suficiente para superar o óbice do referido enunciado sumular, tendo em vista que a decisão objurgada não se mostrou teratológica, estando fundamentada a negativa do pleito liminar.

Com efeito, a autoridade impetrada consignou que "*na hipótese dos autos, ao menos num juízo de cognição sumária, não há que se falar em concessão de salvo conduto quando não houve comprovação de perigo atual e iminente à liberdade de locomoção do paciente, baseado exclusivamente em futurologia*" (e-STJ fl. 33).

Assentou que "*a concessão de habeas corpus preventivo deve estar*

# Superior Tribunal de Justiça

*vinculado à grave ameaça à liberdade, de modo ilegal, não sendo possível sua concessão somente com base em suposta restrição ao direito de ir e vir do paciente, no caso de eventual condenação pelo Tribunal Popular" (e-STJ fl. 33).*

Desta forma, não se constata qualquer vício na negativa do pleito liminar formulado no *mandamus* originário, sendo certo que o revolvimento das questões nele aventadas e aqui reiteradas certamente acarretaria a indevida supressão de instância, pois serão alvo de exame oportuno na Corte de Justiça indicada como coatora quando do julgamento do seu mérito.

Ademais, em caso semelhante este Sodalício já decidiu que "*não há manifesto constrangimento ilegal ao direito de ir e vir do paciente*", pois "*a defesa faz mera conjectura sobre ato de hipótese (futura e incerta determinação de execução imediata da pena privativa de liberdade por ocasião do julgamento da apelação) o que, consoante a jurisprudência deste Superior Tribunal, não dá ensejo a ação de habeas corpus*" (AgRg no HC 472.176/RJ, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 06/11/2018, DJe 30/11/2018), circunstância que afasta a plausibilidade jurídica do pleito ora formulado, reforçando a impossibilidade de conhecimento deste remédio constitucional.

Ante o exposto, com fundamento no artigo 210 do Regimento Interno deste Superior Tribunal de Justiça, **indefere-se liminarmente** o presente *habeas corpus*.

Publique-se.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos ao arquivo.

Brasília (DF), 09 de outubro de 2019.

MINISTRO JORGE MUSSI  
Relator